

Relatório de Gestão do Exercício de 2009**1 - INTRODUÇÃO**

As tabelas a seguir resumem a evolução e composição das principais fontes e aplicações de recursos da CREDFAZ nos últimos seis anos.

Tabela 1

CREDFAZ/Evolução (2004=100,0) dos recursos próprios e das Aplicações em empréstimos nos últimos 6 anos (2004/2009). Em R\$ 1.000,00

Ano	Fontes de Recursos Próprios							Aplicações				
	Capital Social (A)		Reserva Legal (B)		Sobras Líquidas (C)		Pat. Líquido (D) = (A) + (B) + (C)		Empréstimos (principal) (E)		Empréstimos (principal + rendas a receber) (F)	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
2004	9.270,7	100,0	2.948,9	100,0	1.990,0	100,0	14.209,6	100,0	14.221,9	100,0	18.618,6	100,0
2005	11.629,9	125,4	3.245,9	110,2	2.184,5	109,8	17.060,3	120,1	17.746,6	124,8	25.948,6	139,4
2006	13.543,5	146,1	3.923,9	133,0	3.025,4	152,0	20.492,8	144,2	23.407,8	164,6	35.312,8	189,7
2007	16.950,8	182,8	5.449,0	184,8	4.220,4	212,1	26.620,2	187,3	27.754,1	195,1	43.388,7	233,0
2008	19.742,3	212,9	7.972,3	270,3	4.371,2	219,7	32.085,8	225,8	33.556,0	235,9	54.128,3	290,7
2009	21.190,9	228,6	10.603,6	359,6	5.034,2	251,8	36.828,7	259,1	41.325,6	290,6	62.406,3	335,2

Tabela 2

CREDFAZ / Composição percentual dos recursos próprios nos últimos 6 anos (2004/2009) (%)

Ano	Fontes de Recursos Próprios			
	Capital Social (A)	Reserva Legal (B)	Sobras Líquidas (c)	Pat. Líquido (D) = (A) + (B) + (C)
2004	65,3	20,7	14,0	100,0
2005	68,2	19,0	12,8	100,0
2006	66,1	19,1	14,8	100,0
2007	63,7	20,5	15,8	100,0
2008	61,5	24,9	13,6	100,0
2009	57,6	28,7	13,7	100,0

Fonte: Tabela 1.

No que se refere às fontes, ressalte-se que o Capital Social, pela primeira vez nos últimos anos, apresentou participação abaixo dos 60,0% na composição do Patrimônio Líquido, apresentando também índice de crescimento mais modesto comparativamente ao que se deu com os valores da Reserva Legal e das Sobras, no período (Tabelas 1 e 2).

Esse resultado era esperado e decorreu da estratégia que, segundo a Administração, foi bastante exitosa e continua valendo como diretriz importante, no sentido de que sejam reforçadas as disponibilidades próprias da Cooperativa, com o aumento de suas reservas e maior comedimento na distribuição de sobras, sobretudo para atender à chamada de novos associados (bastante prejudicada no ano passado, diante da apertada liquidez que teve de ser administrada, conforme comentamos em seguida); além disso, é preciso atender às renovações de empréstimos já em andamento, que tiveram aumentados seus limites de valor em função dos acréscimos de margem consignável verificados, e em conjuntura de acirramento da concorrência entre consignatários do serviço público, com destaque para os Bancos Oficiais e as Financeiras em geral.

Tabela 3

CREDFAZ / Evolução relativa dos empréstimos *pari passu* à do Patrimônio Líquido no período 2004/2009: refletindo ampliação dos prazos, redução dos juros cobrados e a alavancagem de recursos próprios. Em R\$ 1.000,00

Relações / Alavancagem

Ano	Patrimônio Líquido (A)	Empréstimos (principal) (B)	Empréstimos (principal + rendas a receber) (C)	(D) (B)/(A)	(E) (C)/(A)	base em (D) 2004=100,0	base em (E) 2004=100,0
						(%)	(%)
2004	14.209,6	14.221,9	18.618,6	0,86	1,31	100,0	100,0
2005	17.060,3	17.746,6	25.948,6	1,04	1,52	120,9	116,0
2006	20.492,8	23.407,8	35.312,8	1,14	1,72	132,6	131,3
2007	26.620,2	27.754,1	43.388,7	1,04	1,62	120,9	123,7
2008	32.085,8	33.556,0	54.128,3	1,05	1,68	122,0	128,2
2009	36.828,7	41.325,6	62.406,3	1,13	1,69	131,3	129,0

Fonte: Tabela 1

A Tabela 3, que se desdobra das colunas finais da Tabela 1, expõe a evolução dos empréstimos *pari passu* com a do Patrimônio Líquido no período sob foco, ressaltando a sobriedade ou a estratégia prudencial da Administração diante da relação entre os saldos dos empréstimos brutos (principal mais rendas a receber), e dos empréstimos líquidos, vis-à-vis os saldos do patrimônio: observe-se que, durante todo o período, a relação desses empréstimos com o patrimônio manteve-se em proporção equilibrada, ano a ano, ocorrendo ligeira defasagem apenas em 2007 e 2008; neste último ano, os saldos brutos dos empréstimos variaram à frente dos saldos líquidos em cerca de 5,0% do valor destes (comparativamente ao patrimônio daquele ano). Esses dados também confirmam que a CREDFAZ vem trabalhando, ao longo do tempo, com uma taxa efetiva de juros “de equilíbrio”, ou seja, uma taxa que pouco pressiona os resultados econômico-financeiros da Cooperativa, comparativamente à variação de seu patrimônio líquido.

Sem levar em conta a relação entre os valores de principal dos empréstimos e os do patrimônio (que ficaram praticamente na média anual unitária, como era de se esperar numa entidade que movimenta basicamente recursos financeiros próprios), a alavancagem de recursos de 69,0%, em 2009, foi bastante significativa (menor apenas que a verificada em 2006, o primeiro ano do último quadriênio em que a Cooperativa apresentou resultados positivos mais relevantes). Também é importante destacar que essa alavancagem se deu primordialmente em função da ampliação dos prazos dos empréstimos, posto que os juros, além de terem sido submetidos ao teto oficial de 2,5% ao mês a partir de abril de 2008, já vinham sendo paulatinamente reduzidos no período, por iniciativa da própria cooperativa, ou de seu Conselho de Administração, como se demonstra em seguida neste relatório.

Para o período como um todo, essa alavancagem de recursos não passou de 29,0%, comparando-se 2004, com o índice de 1,31, e 2009, com 1,69, conforme demonstra-se na última coluna da Tabela 3 – trata-se de um crescimento significativo, mas frugal, que reforça aquela sobriedade na administração desses recursos a que se fez referência acima, ao mesmo tempo em que se observa como se alonga cada vez mais, para o futuro, o ônus da responsabilidade de nossos Dirigentes, Conselheiros e Delegados, com vistas a uma significativa ampliação do quadro de associados da Cooperativa e à manutenção criteriosa do equilíbrio, da solidez e da capacidade de reprodução financeira da entidade.

É preciso, no entanto, redobrada atenção com o curto prazo: na Tabela 4 faz-se uma ligeira apreciação sobre o assunto (“avaliação de liquidez corrente”, como a denominamos), que é capaz de ameaçar a capacidade operacional da Cooperativa, por deixá-la carente de um colchão mínimo de recursos financeiros com o qual seja possível atrair número significativo de novos associados.

TABELA 4

CREDEFAZ/AVALIAÇÃO DE LIQUIDEZ CORRENTE (DISPONIBILIDADE IMEDIATA DE RECURSOS FINANCEIROS): SALDO TOTAL EM REAIS AO FINAL DE CADA MÊS COMPARADO AO VALOR TOTAL DAS CONSIGNAÇÕES ENTRADAS NO INÍCIO DO MESMO MÊS (2007, 2008 e 2009).

DADOS : ANO 2007	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
(A) Saldo acumulado ao final do mês	451.362,75	936.448,60	434.273,96	533.725,67	483.145,29	667.973,33	1.068.040,26	697.268,05	940.204,04	1.239.823,76	1.788.283,95	2.072.260,44
(B) Entrada de consignação no início do mês	1.243.775,35	1.279.074,30	1.294.877,50	1.315.488,30	1.327.326,94	1.344.901,35	1.348.143,79	1.317.177,95	1.377.563,82	1.383.382,57	1.400.215,47	1.401.589,99
Coefficientes:	0,36	0,73	0,34	0,41	0,36	0,50	0,79	0,53	0,68	0,90	1,28	1,48
(C) = (A) / (B)												

DADOS : ANO 2008	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
(A) Saldo acumulado ao final do mês	2.226.747,06	2.639.854,60	2.448.299,31	1.846.423,60	2.292.729,63	2.442.525,14	2.748.413,98	2.341.054,26	2.332.409,01	1.890.282,98	2.120.367,98	2.337.989,68
(B) Entrada de consignação no início do mês	1.364.720,02	1.356.839,71	1.378.512,86	1.402.937,10	1.379.106,10	1.389.746,34	1.349.115,96	1.372.347,71	1.358.375,51	953.811,18	1.419.584,14	1.444.025,06
Coefficientes:	1,63	1,95	1,78	1,32	1,66	1,76	2,04	1,71	1,72	1,98	1,49	1,62
(C) = (A) / (B)												

DADOS : ANO 2009	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
(A) Saldo acumulado ao final do mês	2.101.188,73	2.174.107,73	2.408.896,56	847.213,04	371.075,42	605.451,65	743.499,81	430.234,50	679.629,81	876.295,39	1.412.541,88	2.110.267,84
(B) Entrada de consignação no início do mês	1.431.340,88	1.469.092,28	1.464.983,01	1.473.007,61	1.485.988,01	1.502.590,79	1.499.857,52	1.547.112,41	1.582.587,14	1.666.496,61	1.605.254,15	1.432.925,35
Coefficientes:(C) = (A) / (B)	1,47	1,48	1,64	0,58	0,25	0,40	0,50	0,28	0,43	0,53	0,88	1,47

AFB/MLO

Conforme a tabela, pode-se ver que a disponibilidade efetiva de recursos para operações, da Cooperativa, no correr de 2009, enfrentou fortes turbulências (os números de maio e agosto do ano são emblemáticos dessa situação), comparativamente aos demais meses de 2009 e ao ocorrido nos dois exercícios anteriores, de 2007 e 2008.

Dois fatores ganharam importância na produção desse resultado: de um lado, o valor relativamente elevado da distribuição de sobras autorizada pela última Assembléia Geral Ordinária e, de outro, a retirada das cotas de capital pertencentes à principal pessoa jurídica associada da Cooperativa desde a sua fundação.

As sobras distribuídas, entre abril e julho do ano passado, somaram R\$1.180.481,03, com 96,0% deste valor (ou seja, R\$ 1.134.484,13) concentrados nos meses de abril e maio, e beneficiando 1.419 associados; enquanto as cotas de capital da pessoa jurídica acima, em valor superior ao limite estatutário de R\$ 8.000,00, devolvidas em 7 (sete) parcelas mensais, a partir de junho e até dezembro de 2009, alcançaram o valor total de R\$ 1.158.731,00.

A baixa de liquidez ocasionada por esses desembolsos durante o ano, especialmente no segundo semestre, foi compensada por medidas a cargo da Diretoria e deste Conselho de Administração: tais como a renovação automática dos limites de crédito inter-cooperativo disponibilizado pela SICOOB/Central-DF; o aumento das taxas de remuneração das aplicações feitas na Cooperativa, para torná-las mais atraentes aos associados com maior capacidade de poupança, e o aumento do limite mínimo, de 20,0% para 30,0%, para quitação de empréstimos anteriores, como condição para a renovação dos mesmos.

Além disso, foi necessário reduzir as atividades de divulgação do programa “Bons Amigos da CREDEFAZ”, que oferece bônus para a primeira cota de capital dos novos associados da entidade, dado que o

impacto financeiro imediato dos empréstimos concedidos a estes associados poderia ser muito expressivo, ainda mais agora que a legislação específica revogou o prazo de carência de 30 dias para início de operações com os mesmos.

Os efeitos das medidas acima foram bastante positivos, resultando em que os índices de liquidez da Tabela 4 apresentaram-se crescentes nos quatro meses finais do ano, marcando um número superior à unidade para o termo final de dezembro/2009 (índice de 1,47, ou seja, similar ao índice final de 1,48, de dezembro de 2007).

As perspectivas para 2010 não deixam de ser muito boas para a cooperativa, que buscará retomar o ritmo de chamada de novos associados, não obstante a preocupação com as pressões de mercado para aumento das taxas de juros em geral (como atestam os boletins semanais do próprio Banco Central), tendo à frente a taxa oficial SELIC que serve de base para cálculo do CDI: o aumento que foi concedido na remuneração para os depósitos a prazo na Cooperativa (com base no CDI), no ano passado, deverá pressionar as despesas financeiras da casa, o que necessariamente não implicará em reajustes automáticos da taxa de juros dos empréstimos (única fonte de receita de que dispomos para fazer frente aos custos em geral, inclusive os financeiros), mas deverá influenciar nesse sentido.

Qualquer decisão nessa área deverá ser amplamente discutida e criteriosamente analisada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, partindo-se do princípio, já reafirmado no relatório de gestão do ano passado (2008), de que é impossível ter como propósito “zerar” os resultados positivos da cooperativa, mantendo-se, de preferência, a atual capacidade de reprodução financeira de seus recursos próprios, a par do equilíbrio e solidez de suas contas, a curto, médio e longo prazo.

2. RELATÓRIO CONTÁBIL E FINANCEIRO

Organizaram-se os dados contábeis e financeiros a partir de 2006, exercício no qual a CREDFAZ iniciou a transição de suas operações de empréstimos para prazos mais alongados, apresentando também maior regularidade na variação anual de suas contas.

O crescimento e a solidez econômica e financeira da CREFAZ podem ser constatados pela exibição das principais contas e dados organizados abaixo:

COMPARATIVO ANUAL								
	ANO 2006		ANO 2007		ANO 2008		ANO 2009	
01 = DISPONIBILIDADE	540.937,64	100,0	2.073.237,57	383,2	2.338.480,9 8	432,3	2.110.551,45	390,2
02 = EMPRÉSTIMOS	23.407.758,63	100,0	27.754.079,37	118,6	34.683.471,7 0	148,2	41.325.675,02	176,5
03 = DEP PRAZO	1.203.587,62	100,0	1.400.821,15	116,4	1.124.595, 07	93,4	1.780.973,6 9	147,9
04 = OBRIGAÇÕES POR REPASSES	1.612.219,46	100,0	1.599.573,63	99,2	1.771.624,60	109,9	2.315.573,41	143,6
05 = FATES	819.088,61	100,0	1.061.097,38	129,5	1.311.818, 10	160,2	1.601.516,4 2	195,5
06 = OBR. FISCAIS E PREVID.	1.731.619,48	100,0	2.070.355,70	119,6	2.713.298,57	290,9	3.032.049,52	175,1
07 = JUROS AO CAPITAL	932.472,23	100,0	1.123.464,08	120,5	1.337.869,95	143,5	2.000.219,93	214,5
08 = PATRIMONIO LIQUIDO	20.492.869,18	100,0	26.620.292,03	129,9	32.085.883,0 1	156,6	36.828.734,23	179,7
09 = CAPITAL SOCIAL	13.543.497,26	100,0	16.950.811,85	125,2	19.742.276,3 7	145,8	21.190.893,99	156,5
10 = RESERVA LEGAL	3.923.966,96	100,0	5.449.036,81	138,9	7.972.384,3 2	203,2	10.603.602,1 5	270,2
11 = SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (líquidas)	3.025.404,96	100,0	4.220.443,37	139,5	4.371.222,3 2	144,4	5.034.238,09	166,4
12 = TOTAL DE ASSOCIADOS	4.725	100,0	4.671	98,8	4.591	97,1	4.596	97,3

Obs: os saldos de empréstimos acima estão líquidos da provisão para devedores duvidosos.

1 = DISPONIBILIDADE

O saldo final de 2009, embora menor que o de 2008, resultou de uma fase de recuperação de liquidez, conforme comentado na “Introdução”.

Esta fase prolongou-se até esta data (março de 2010) e reflete as providências que foram tomadas nessa direção.

2 = EMPRÉSTIMOS

2.1- Operações de Crédito:

Demonstrativo da composição e evolução da carteira de empréstimos (valores de principal mais provisão para devedores duvidosos), de acordo com os seus respectivos prazos de vencimentos, para as “operações a vencer” e “operações vencidas”, no período de 2006 a 2009:

**Operações a Vencer (em R\$1.000,00)
Composição e evolução anual no período de 2006 a 2009**

Prazos (em dias)	2006			2007		
	Valor	Comp(%)	Evol(%)	Valor	Comp(%)	Evol(%)
Até 180	4.972,0	20,7	100,0	5.029,0	17,7	101,1
De 181 a 360	4.660,6	19,4	100,0	4.587,0	16,2	98,4
Acima de 360	14.383,3	59,9	100,0	18.776,5	66,1	130,5
Total	24.015,9	100,00	100,0	28.392,5	100,0	118,2

Prazos (em dias)	2008			2009		
	Valor	Comp(%)	Evol(%)	Valor	Comp(%)	Evol(%)
Até 180	4.899,3	14,3	98,5	5.537,2	13,5	111,4
De 181 a 360	4.411,7	12,9	94,7	5.119,1	12,5	109,8
Acima de 360	24.838,0	72,8	172,7	30.288,2	74,0	210,6
Total	34.149,0	100,0	142,2	40.944,5	100,0	170,5

Operações Vencidas (em R\$1.000,00)
Composição e evolução anual no período de 2006 a 2009

Prazos (em dias)	2006			2007		
	Valor	Comp(%)	Evol(%)	Valor	Comp(%)	Evol(%)
Até 180	229,2	42,4	100,0	242,6	47,7	105,8
De 181 a 360	84,1	15,6	100,0	69,9	13,8	83,1
Acima de 360	227,1	42,0	100,0	195,4	38,5	86,0
Total	540,4	100,0	100,0	507,9	100,0	94,0

Prazos (em dias)	2008			2009		
	Valor	Comp(%)	Evol(%)	Valor	Comp(%)	Evol(%)
Até 180	313,0	58,6	136,6	176,7	46,4	77,1
De 181 a 360	60,8	11,4	72,3	49,7	13,0	59,1
Acima de 360	160,6	30,0	70,7	154,8	40,6	68,2
Total	534,4	100,0	98,9	381,2	100,0	70,5

No tocante às operações a vencer, registre-se o importante acréscimo de valores naquelas com prazo acima de um ano, que praticamente duplicaram entre 2006/2009, com a marca de 210,6% neste último ano. A composição (em relação ao total) destes empréstimos apresentou crescimento em torno de 25,0%, saindo de 59,9% em 2006 para 74,0% em 2009. Estes eram resultados já esperados diante do alongamento dos prazos dos empréstimos no período.

Com relação às operações vencidas, observa-se a queda de valores; como destaque veja-se a importante redução verificada no total dessas operações especialmente as vencidas em até 180 dias, entre 2008 e 2009, fruto de um trabalho mais eficiente de nosso setor de consignações e de cobranças nas faixas de prazos analisadas, e conseqüentemente no total.

Por outro lado, em conformidade com a Resolução nº. 2.682/99, do Banco Central do Brasil, a provisão para créditos de realização duvidosa, em 31.12.2009, foi assim constituída:

<i>Período de Atraso</i>	<i>Níveis</i>	<i>% de provisão</i>	<i>Saldo Carteira</i>	<i>Provisão Constituída</i>
	AA	0,00	0,00	0,00
<i>Normal atraso até 15 dias</i>	A	0,50	37.327.955,14	186.639,67
<i>Atraso de 16 a 30 dias</i>	B	1,00	1.876.206,41	18.762,07
<i>Atraso de 31 a 60 dias</i>	C	3,00	838.533,54	25.156,01
<i>Atraso de 61 a 90 dias</i>	D	10,00	258.860,82	25.886,09
<i>Atraso de 91 a 120 dias</i>	E	30,00	153.027,70	45.908,31
<i>Atraso de 121 a 150 dias</i>	F	50,00	200.373,88	100.186,94
<i>Atraso de 151 a 180 dias</i>	G	70,00	106.281,83	74.397,29
<i>Atraso mais de 180 dias</i>	H	100,00	564.435,70	564.435,70
		<i>Total</i>	41.325.675,02	1.041.372,08

2.2 - Operações em Risco H:

Estas operações se encontram sob a responsabilidade do Escritório de Advocacia, para cobrança judicial; são contratos celebrados a partir de 2000 que vêm sendo renegociados ou recebidos parcialmente, com retorno pouco satisfatório. O valor desses débitos está totalmente provisionado, de acordo com inciso VIII do art. 6 da Resolução acima. A operação objeto de renegociação deve ser mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, mesmo que a operação seja considerada como “adimplente” na atualidade, caso de 59,63% do valor total classificado no risco H. A Diretoria tem revisado manualmente aqueles casos de devedores que se interessam em repactuar suas dívidas; estes, daí em diante, passam a ser considerados como adimplentes, e são, dessa forma, excluídos do nível de risco H.

O quadro a seguir demonstra a real situação das operações, e a sua composição na carteira de empréstimos classificados em risco H, para os anos de 2008 e 2009, de acordo com as liberações contratuais anuais:

<i>Ano de Contrato</i>	<i>Total Ano 2008</i>	<i>Total Ano 2009</i>
2000	22.910,73	20.636,34
2001	11.552,52	8.212,59
2002	17.047,79	14.307,86
2003	5.254,63	2.336,08
2004	36.191,30	24.830,63
2005	63.297,36	22.910,08
2006	162.154,59	92.307,01
2007	238.850,72	130.162,31
2008	63.023,61	206.227,79
2009	0,00	42.505,01
TOTAL	620.283,25	564.435,70

Com relação aos contratos celebrados entre 2006 e 2008, na tabela acima, observa-se acréscimo aparentemente exorbitante, na comparação com os anos anteriores: o efeito se deveu, de um lado, ao aumento nos limites de valor dos empréstimos e, de outro, à permanência do prazo máximo de 6 meses de atraso no pagamento das prestações (como é exigência do Banco Central) para inscrever o inadimplente no nível de risco H, comparativamente aos prazos de empréstimos cada vez mais alongados da Cooperativa (saímos de 24 meses em 2004 para os 60 meses aprovados desde julho de 2007).

O assunto tem sido discutido com representantes do Sicoob/Central/DF e do Banco Central, e, com relação ao mesmo, deve-se ter um desdobramento positivo com vistas a uma compatibilização mais adequada desses prazos e limites, em futuro próximo.

2.3 - Adimplência e Inadimplência das operações em risco H: totais de contratos acumulados a partir do exercício de 2000:

Valores em R\$1.000,00

<i>Até</i>	<i>INAD. (A)</i>	<i>ADIMP. (B)</i>	<i>TOTAL (C)</i>	<i>(A)/(C)%</i>	<i>(B)/(C)%</i>
<i>2005</i>	<i>290,1</i>	<i>286,8</i>	<i>576,9</i>	<i>50,3</i>	<i>49,7</i>
<i>2006</i>	<i>259,5</i>	<i>518,6</i>	<i>778,1</i>	<i>33,4</i>	<i>66,6</i>
<i>2007</i>	<i>173,7</i>	<i>603,7</i>	<i>777,4</i>	<i>22,3</i>	<i>87,7</i>
<i>2008</i>	<i>258,7</i>	<i>361,6</i>	<i>620,3</i>	<i>41,7</i>	<i>58,3</i>
<i>2009</i>	<i>227,9</i>	<i>336,6</i>	<i>564,5</i>	<i>40,3</i>	<i>59,7</i>

A partir de uma base igualitária entre “Inadimplentes” e “Adimplentes” em 2005, houve significativo acréscimo das operações adimplentes até 2007; nos últimos dois exercícios, no entanto, observou-se movimento no sentido inverso, que coincidiu com a ampliação dos prazos dos empréstimos, em geral; de qualquer forma, a participação dos contratos adimplentes no total manteve a dianteira em 2008 e 2009, demonstrando ainda aumento de 10% em relação a 2005, conforme tabela.

2.4 - Inadimplência geral da carteira para os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009

<i>Saldo da Carteira de Empréstimos/2006</i>	<i>Inadimplência</i>	<i>Percentual Sobre a Carteira Empréstimos</i>
<i>23.407.758,63</i>	<i>259.533,52</i>	<i>1,11%</i>

<i>Saldo da Carteira de Empréstimos/2007</i>	<i>Inadimplência</i>	<i>Percentual Sobre a Carteira Empréstimos</i>
<i>27.754.079,37</i>	<i>173.727,45</i>	<i>0,62%</i>

<i>Saldo da Carteira de Empréstimos/2008</i>	<i>Inadimplência</i>	<i>Percentual Sobre a Carteira Empréstimos</i>
<i>34.683.471,70</i>	<i>258.713,96</i>	<i>0,75%</i>

<i>Saldo da Carteira de Empréstimos/2009</i>	<i>Inadimplência</i>	<i>Percentual Sobre a Carteira Empréstimos</i>
<i>41.325.675,02</i>	<i>227.864,63</i>	<i>0,55%</i>

Como se vê, a inadimplência geral da carteira vem caindo desde 2006, o que minimiza o reflexo das operações em risco H e “inadimplentes”.

2.5 – Taxas de juros e prazos de vencimento

Por proposta da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração da CREDFAZ aprovou, para vigorar a partir de 1º de Setembro 2009, alteração das taxas de juros, prazos e respectivos valores-teto dos empréstimos, mantendo a tabela de bonificação, ou seja, descontos nas taxas de juros estabelecidas calculados com base no percentual do valor do empréstimo solicitado (sobre) a cota de capital do associado na cooperativa.

QUADRO DE EVOLUÇÃO DAS TAXAS E PRAZOS DE VENCIMENTO

PRAZOS	TAXAS DE JUROS/ 05 outubro/2006	TAXAS DE JUROS/05 julho/2007	TAXAS DE JUROS/ 01 abril/2008	TAXAS DE JUROS/02 janeiro/2009	TAXAS DE JUROS/01 setembro/2009
De 01 a 06 meses	1,45% a.m.	1,30% a.m.	1,30% a.m.	1,50% a.m.	1,38% a.m.
De 07 a 12 meses	1,95% a.m.	1,80% a.m.	1,80% a.m.	1,80% a.m.	1,68% a.m.
De 13 a 18 meses	2,35% a.m.	2,20% a.m.	2,15% a.m.	2,05% a.m.	1,82% a.m.
De 19 a 24 meses	2,50% a.m.	2,40% a.m.	2,20% a.m.	2,10% a.m.	1,82% a.m.
De 25 a 30 meses	2,55% a.m.	2,45% a.m.	2,25% a.m.	2,15% a.m.	1,89% a.m.
De 31 a 36 meses	2,65% a.m.	2,55% a.m.	2,30% a.m.	2,20% a.m.	1,89% a.m.
De 37 a 42 meses	2,75% a.m.	2,65% a.m.	2,35% a.m.	2,25% a.m.	2,02% a.m.
De 43 a 48 meses	2,80% a.m.	2,70% a.m.	2,40% a.m.	2,30% a.m.	2,02% a.m.
De 49 a 54 meses		2,75% a.m.	2,45% a.m.	2,35% a.m.	2,08% a.m.
De 55 a 60 meses		2,80% a.m.	2,50% a.m.	2,35% a.m.	2,08% a.m.

O prazo de 60 meses foi fixado em julho de 2007; contudo, a taxa de juros máxima vem sendo reduzida desde maio de 2006, caindo de 2,8% ao mês nesta data (quando o prazo máximo dos empréstimos era de 36 meses), para 1,89% em setembro de 2009. Em relação aos empréstimos a prazos mais longos, é importante ressaltar que a taxa máxima de 2,8% de julho de 2007 foi fixada em 2,35% ao mês (para as operações de 55 a 60 meses), na reunião do Conselho realizada em dezembro de 2008. Esta taxa, hoje, é de 2,08% ao mês.

Para ressaltar a importância do nível reduzido dessa taxa, deve-se lembrar que, em março de 2008, o Governo Federal baixou decreto reduzindo as taxas de juros do crédito consignado para o teto máximo de 2,5% ao mês, e que este teto permanece inalterado até esta data.

2.6 - Valores, Prazos e bonificações dos Empréstimos:

QUADRO DE EVOLUÇÃO DOS LIMITES DE VALOR DOS EMPRÉSTIMOS, SEGUNDO OS PRAZOS DE VENCIMENTO.

PRAZOS	VALORES TETOS 05/10/2006	VALORES TETOS 05/07/2007	VALORES TETOS 01/04/2008	VALORES ATUAIS a partir 02/01/2009	VALORES ATUAIS a partir 01/09/2009
De 01 a 06 meses	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 07 a 12 meses	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 13 a 18 meses	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 19 a 24 meses	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 25 a 30 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 31 a 36 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 37 a 42 meses	R\$ 18.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 43 a 48 meses	R\$ 18.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 49.900,00	R\$ 60.000,00
De 49 a 54 meses		R\$ 10.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 50.000,00
De 55 a 60 meses		R\$ 10.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 50.000,00

TETOS MÁXIMOS DE EMPRÉSTIMOS PARA COOPERADOS.

<i>Tetos máximos de empréstimos para cooperados acima de 65 anos:</i>
<i>De 66 a 70 anos é de R\$ 48.000,00 até 48 meses</i>
<i>De 71 a 75 anos é de R\$ 38.000,00 até 42 meses</i>
<i>De 76 a 80 anos é de R\$ 32.000,00 até 36 meses</i>
<i>De 81 a 85 anos é de R\$ 26.000,00 até 30 meses</i>
<i>Acima de 86 anos R\$ 20.000,00 em 24 meses</i>

<i>OBS: Para renovar tem que pagar integralmente 30% do total de parcelas do empréstimo vigente ou possuir margem consignável suficiente para assumir uma parcela 20% superior ao que paga respeitando o limite de 60 meses.</i>
<i>OBS: Para compra de dívida o valor máximo é de R\$70.000,00 no prazo máximo de 60 meses para pagamento, e associado com idade até 65 anos.</i>
<i>OBS: Após a bonificação a taxa mínima não pode ser inferior a 1,30% a.m.</i>

TABELA DE BONIFICAÇÃO QUE VIGOROU ATÉ 31/12/2008

PERCENTUAL DO CAPITAL, INTEGRALIZADO SOBRE O VALOR DO EMPRÉSTIMO.	DESCONTO CONCEDIDO (desconto nominal na taxa de juros)
<i>De 21,00% até 30,99%</i>	<i>0,04%</i>
<i>De 31,00% até 40,99%</i>	<i>0,08%</i>
<i>De 41,00% até 50,99%</i>	<i>0,12%</i>
<i>De 51,00% até 60,99%</i>	<i>0,16%</i>
<i>Igual ou acima de 61,00%</i>	<i>0,20%</i>

Continuamos utilizando a tabela de redutor da taxa de juros, um benefício adicional para os associados que fazem um esforço maior para aumento do seu capital na cooperativa, possibilitando-lhes taxa de juros mais reduzida, a partir de 1,38% ao mês.

As novas medidas adotadas, especialmente o alongamento do prazo máximo para 60 meses, em julho de 2007, resultaram da constatação do ótimo resultado em sobras que a cooperativa apresentaria ao final do ano, como de fato ocorreu. O bom nível desses resultados, não obstante a ligeira queda em 2008, voltaram a se repetir em 2009, com sobras, inclusive os juros sobre o capital normalmente pagos aos associados, comparativamente ao valor médio do capital social, variando de 29,3%, em 2005, para 33,5% em 2006, 36,5% em 2007, 33,3% em 2008, e 37,4% em 2009.

As taxas de juros, bem como os prazos e limites de valores por faixa dos empréstimos, continuam sendo monitorados e avaliados pela Diretoria e o Conselho de Administração, com vistas a prováveis mudanças no futuro, de modo que não sejam afetados significativamente o equilíbrio e a solidez econômica e financeira da cooperativa, muito menos a sua capacidade de reprodução financeira, cuja importância nunca é demais ressaltar.

3 – DEPÓSITOS A PRAZO

Nos valores de depósitos a prazo houve um acréscimo significativo, entre 2005 e 2006, como resposta à melhor remuneração oferecida pela cooperativa aos investidores; mas entre 2006 e 2007, houve pequeno acréscimo nos depósitos, provavelmente em função da pouca divulgação dessa alternativa de poupança, entre os potenciais interessados. Para 2008, o saldo desses depósitos ficou abaixo comparativamente ao do ano anterior já que houve um crescimento de concorrência nessa área, com bancos e financeiras oferecendo rendimentos bastante superiores aos das cooperativas em geral.

Ante os bons resultados esperados para 2009, o Conselho e a Diretoria decidiram melhorar os níveis de remuneração desses depósitos, no último trimestre do ano, conseguindo-se assim um aumento significativo desses saldos durante 2009, como resultado que consideramos positivo, mas ainda parcial, dessa medida.

4 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Empréstimos junto ao SICOOB-DF, com saldo em 31/12/2009 no valor de R\$ 1.846.640,21 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais e vinte e um centavos).

<i>CONTA</i>	<i>VALOR</i>
<i>PARCELAS A VENCER 2010</i>	<i>1.435.511,29</i>
<i>PARCELAS A VENCER 2011</i>	<i>411.128,92</i>
<i>TOTAL</i>	<i>1.846.640,21</i>

Empréstimos junto ao BANCOOB, com saldo em 31/12/2009 no valor de R\$ 468.933,20 (quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e trinta e três reais e vinte centavos).

<i>CONTA</i>	<i>VALOR</i>
<i>PARCELAS A VENCER 2010</i>	<i>312.622,20</i>
<i>PARCELAS A VENCER 2011</i>	<i>156.311,00</i>
<i>TOTAL</i>	<i>468.933,20</i>

Os saldos anuais desses empréstimos e repasses, de 2007 a 2009, apresentaram participação diminuta em relação ao patrimônio líquido, a saber: 2007, 6,0%; 2008, 5,1% e 2009, 6,3%. Observou-se pequeno aumento nessa participação apenas em 2009; nada preocupante em relação aos recursos próprios movimentados pela cooperativa.

5 – FATES

O FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social - teve um aumento de 22,08% resultante da destinação das sobras do exercício de 2009, tendo sido utilizados recursos de acordo com regulamento no valor R\$ 7.285,00 (sete mil duzentos e oitenta e cinco reais).

	<i>ANO 2006</i>	<i>ANO 2007</i>	<i>ANO 2008</i>	<i>ANO 2009</i>
<i>FATES</i>	<i>819.088,61</i>	<i>1.061.097,38</i>	<i>1.311.818,10</i>	<i>1.601.516,42</i>

<i>SALDO 31/12/2008</i>	<i>1.311.818,10</i>	
<i>20% PARA UTILIZAÇÃO 2009</i>		<i>262.363,62</i>
<i>VALOR UTILIZADO 2009</i>		<i>7.285,00</i>
<i>SALDO 31/12/2009</i>	<i>1.601.516,42</i>	<i>255.930,29</i>
<i>20% PARA UTILIZAÇÃO 2010</i>		<i>320.303,29</i>

6 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

No aguardo de que transite em julgado a decisão favorável da 1ª instância da Justiça Federal, a Cooperativa atualizou os saldos de PIS e COFINS (sobre os resultados dos atos cooperativos), até 31/12/2009, com valor R\$ 2.731.541,56 (dois milhões, setecentos e trinta e um mil quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), como saldo final atualizado:

<i>CONTA</i>	<i>VALOR</i>
--------------	--------------

<i>PIS A RECOLHER</i>	391.140,48
<i>COFINS A RECOLHER</i>	2.340.401,08
<i>TOTAL</i>	2.731.541,56

7 – JUROS AO CAPITAL

A provisão de juros ao capital foi calculada utilizando-se a taxa Selic, conforme lei complementar n.º.130, de 17 de abril de 2009. O saldo final teve um aumento de 27,10%, em relação a dezembro de 2008 e seu valor já foi creditado (em 31.12.2009) na conta capital de cada associado, deduzindo-se o Imposto de Renda à taxa de 15%, conforme segue:

<i>Crédito de juros ao Capital</i>	2.000.219,93
<i>IRRF sobre juros ao Capital</i>	300.034,03
<i>Total da provisão de juros ao Capital</i>	1.700.185,90

	<i>ANO 2008</i>		<i>ANO 2009</i>
<i>JUROS AO CAPITAL</i>	1.337.869,95	<i>JUROS AO CAPITAL</i>	1.700.185,90

8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<i>Patrimônio Líquido 2006</i>	<i>Patrimônio Líquido 2007</i>	<i>Patrimônio Líquido 2008</i>	<i>Patrimônio Líquido 2009</i>
20.492.869,18	26.620.292,03	32.085.883,01	36.828.734,23
<i>Anos 2006/ 2005</i>	<i>Anos 2007/ 2006</i>	<i>Anos 2008/ 2007</i>	<i>Anos 2009 / 2008</i>
20,12%	29,90%	20,53%	14,78%

9 – CAPITAL SOCIAL

<i>Capital Social 2009</i>	<i>Sobras Líquidas 2009</i>	<i>Rentabilidade Ano de 2009</i>
21.190.893,99	5.034.238,09	23,76%

As sobras brutas apresentadas pela Cooperativa, inclusive os juros sobre o Capital Social, no último quinquênio (2005 a 2009), mostraram-se crescentes, quando comparada a evolução de seus valores com os da média do Capital Social e do Patrimônio Líquido, ano a ano, conforme tabela abaixo.

<i>Ano</i>	<i>Sobras/Cap. Social (%)</i>	<i>Sobras/Pat. Líquido (%)</i>
2005	29,3	22,2
2006	33,4	24,5
2007	36,4	25,8
2008	33,2	23,2
2009	37,4	25,4

10 - RESERVA LEGAL

O Fundo de Reserva Legal, devido a receitas não operacionais e ao acréscimo das sobras do exercício de 2008, autorizado em assembleia, mais o valor resultante das sobras brutas de 2009, apresentou crescimento de 33,00%, fortalecendo-se ainda mais a solidez da CREFAZ.

<i>RESERVA LEGAL</i>	<i>ANO 2006</i>	<i>ANO 2007</i>	<i>ANO 2008</i>	<i>ANO 2009</i>
	3.923.966,96	5.449.036,81	7.972.384,32	10.603.602,15

<i>Percentual de Aumento</i>	<i>Anos 2006/ 2005</i> 26,43%	<i>Anos 2007/ 2006</i> 38,86%	<i>Anos 2008/ 2007</i> 46,31%	<i>Anos 2009/ 2008</i> 33,00%
------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

11 – SOBRAS ACUMULADAS

Sobra Líquida 2006	Sobra Líquida 2007	Sobra Líquida 2008	Sobra Líquida 2009
3.025.404,96	4.220.443,37	4.371.222,32	5.034.238,09
<i>Anos 2006 / 2005</i> 39,88%	<i>Anos 2007 / 2006</i> 39,50%	<i>Anos 2008 / 2007</i> 3,57%	<i>Anos 2009/2008</i> 15,17%

A sobra do exercício 2009 fechou no valor de R\$ 5.034.238,09, obtendo-se um aumento de 15,17% em comparação com as sobras do exercício de 2008 - R\$ 4.371.222,32. (Já deduzidos o FATES, 5%, e Fundo de Reserva, 10%).

As sobras líquidas em 2006 e 2007 alcançaram um nível percentual significativo comparativamente as anos anteriores, indicando que se atingiu num certo limite desses valores no ano de 2007, que ficou pouco abaixo do nível apresentado em 2008. Em 2009 tudo indica que retomamos certa trajetória de aumento desses valores, que no entanto deverão ser monitorados com redobrada cautela pela Administração, para que se mantenha em níveis razoáveis nos anos seguintes.

12 - ASSOCIADOS

Em cumprimento ao Estatuto Social da CREFAZ, Art.16 Parágrafo primeiro - Cada associado deverá subscrever, no mínimo, 120 (cento e vinte) quotas-partes. Após minuciosa verificação, os associados que não se enquadravam na menção do referido parágrafo, nem estavam ativos, nem capitalizando, tiveram seus saldos transferidos para o fundo de reserva da CREFAZ mediante um trabalho cuidadoso que foi iniciado em 2006 e concluído em 2009. Desta forma, retirando-se os expurgados, demitidos e falecidos até dezembro de 2009, o número total de associados fechou em 4.596, com o capital social de 21.190,0 mil (vinte e um milhões e cento e noventa mil reais), variando no período conforme demonstrativo abaixo.

	<i>ANO 2006</i>	<i>ANO 2007</i>	<i>ANO 2008</i>	<i>ANO 2009</i>
<i>TOTAL DE ASSOCIADOS</i>	4.725	4.671	4.591	4596

ANO 2006

<i>ASSOCIADOS ADMITIDOS 2006</i>	<i>ASSOCIADOS DEMITIDOS 2006</i>	<i>ASSOC. COM QUOTAS TRANSF. P/ RESERVA LEGAL 2006</i>	<i>FALECIDOS 2006</i>	<i>TOTAL</i>
118	(114)	(17)	(20)	(33)

ANO 2007

<i>ASSOCIADOS ADMITIDOS 2007</i>	<i>ASSOCIADOS DEMITIDOS 2007</i>	<i>ASSOC. COM QUOTAS TRANSF. P/RESERVA LEGAL 2007</i>	<i>FALECIDOS 2007</i>	<i>TOTAL</i>
67	(81)	(22)	(18)	(54)

ANO 2008

ASSOCIADOS ADMITIDOS 2008	ASSOCIADOS DEMITIDOS 2008	ASSOC. QUOTAS P/RESERVA 2008	COM TRANSF. LEGAL	FALECIDOS 2008	TOTAL
51	(67)	(37)		(27)	(80)

ANO 2009

ASSOCIADOS ADMITIDOS 2009	ASSOCIADOS DEMITIDOS 2009	ASSOC. COM QUOTAS TRANSF. P/RESERVA LEGAL 2009	FALECIDOS 2009	TOTAL
101	(68)	0	(28)	5

O programa de novos associados, em 2009, obteve 101 (cento e um) novas inscrições, sendo poucas delas indicações de associados veteranos que aproveitaram o benefício da campanha lançada pela cooperativa.

Tudo indica que, para ganhar maior força no futuro, o programa vai requerer empenho maior de nossos Conselheiros, Diretores, e principalmente, de nossos Delegados, que estão em permanente contato direto com nossos colegas nas repartições.

Com vistas a isso, o Conselho de Administração e a Diretoria prorrogaram a vigência por mais um ano do programa "Bons Amigos da CREDFAZ", o qual oferece bônus de metade da cota mínima de R\$ 120,00 ao novo sócio e igual valor, ou seja, R\$ 60,00 de bônus extra ao associado apresentador do novo sócio.

3. ASSUNTOS DIVERSOS

1 - TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DE SINISTRO

A taxa administração de 1% (um por cento), sobre o valor bruto de empréstimo concedido a associado pessoa jurídica, e a taxa de sinistro cobrada sobre o valor bruto do empréstimo concedido ao associado, pessoa física, continuam em vigor, variando a segunda conforme a idade do associado falecido.

Valor do saldo para cobertura de eventuais sinistros; em 31/12/2009, foi de R\$ 1.073.861,97 (um milhão e setenta e três mil oitocentos e sessenta e um reais e noventa e sete centavos).

	PAGAMENTOS POR FALECIMENTOS (A)	PROVISÕES (B)	(A)/(B) %	SALDOS (C)	(A)/(C) %
ANO 2005	49.988,68	155.193,32	32,2	105.204,64	47,5
ANO 2006	172.471,09	331.980,15	52,0	264.713,70	65,2
ANO 2007	168.156,79	391.198,68	43,0	487.755,59	34,5
ANO 2008	201.497,83	501.729,76	40,2	787.987,52	25,6
ANO 2009	207.173,66	493.048,11	42,0	1.073.861,97	19,29

OBS: ANO 2005 09 Falecimentos 03 com idade acima 65 Anos
ANO 2006 20 Falecimentos 10 com idade acima 65 Anos
ANO 2007 18 Falecimentos 12 com idade acima 65 Anos
ANO 2008 27 Falecimentos 19 com idade acima 65 Anos
ANO 2009 28 Falecimentos 18 com idade acima 65 Anos

O fundo de sinistros tem operado positivamente e trazido maior tranquilidade à Administração da Cooperativa: basta observar-se as relações percentuais entre, de um lado, "pagamentos por falecimentos e provisões", e, de outro, entre esses pagamentos e os saldos finais dos anos, que têm sido decrescentes, conforme tabela acima.

NÚMERO DE ASSOCIADOS POR FAIXAS DE IDADE NA CREDFAZ.

<i>Faixas de Idades</i>	<i>Número de Associados em 31/12/2007</i>	<i>Número de Associados em 31/12/2009</i>
<i>De 20 a 30 anos</i>	39	35
<i>De 31 a 40 anos</i>	214	191
<i>De 41 a 50 anos</i>	1340	1183
<i>De 51 a 60 anos</i>	1627	1741
<i>De 61 a 70 anos</i>	769	784
<i>De 71 a 80 anos</i>	468	465
<i>De 81 a 90 anos</i>	125	144
<i>Acima de 91 anos</i>	09	10

2 - ASSOCIADOS DESLIGADOS EM 2009

	<i>ANO 2007</i>	<i>ANO 2008</i>	<i>ANO 2009</i>
<i>COTAS CAPITAIS A PAGAR</i>	282.903,64	241.114,11	320.784,00

Os 68 (sessenta e oito) associados que pediram desligamento em 2009 receberão as suas cotas a partir de abril 2010, totalizando R\$ 320.784,00, saldo em 31/12/2009.

3 – CURSOS E TREINAMENTOS

No ano de 2009, foram ministrados diversos cursos, por profissionais especializados, organizados pelo SICOOB CENTRAL DF, e tendo como clientela os empregados da Cooperativa. Teve-se como objetivo melhorar o atendimento aos associados e buscar maior satisfação e entrosamento dos empregados no desempenho de suas atividades.

4 – DEMANDAS JUDICIAIS

Com relação às Demandas Judiciais em desfavor da CREDFAZ, existem três processos em tramitação, referentes a questões relacionadas com empréstimos, sendo uma em Natal, RN (sobre interdição de associado), Porto Alegre, RS (revisão de juros) e Porto Velho, RO (cancelamento de desconto em folha pagamento). AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS PELA CREDFAZ – 28 (vinte e oito) processos de execuções movidos contra cooperados inadimplentes.

Brasília DF, em 06 de Abril de 2010.

*João Dias Neto
Presidente Conselho de Administração*

*Edivaldo Franklin de Medeiros
Secretário*